

Parecer nº 123/87

Aprovado em 18/03/87 – Processo nº 40003.000418/86-46

Interessado: Coordenadoria de Assuntos Parlamentares/minC

Assunto: Pronunciamento acerca do Projeto de Lei nº 4.573/84, que obriga a execução de música brasileira em todos os desfiles realizados no Brasil.

Relatora: Conselheira Joyce Silveira Palhano de Jesus

Ementa

Projeto de Lei – Obrigatoriedade de música brasileira em desfiles.

– Imprecisão do projeto. Não acolhimento.

I – Relatório

Temos em mãos o Projeto de Lei nº 4.573/84, de autoria do Deputado Agnaldo Timóteo, que pretende tornar obrigatória a execução de música brasileira em todos os desfiles realizados no país, e cuja redação é a seguinte: “Art. 1º – Fica obrigada a execução de música brasileira em todos os desfiles de moda, automóveis, estudantes, e outros realizados no Brasil.

Art. 2º – O Poder Executivo, através de seu órgão competente, regulamentará esta lei no prazo de 90 dias, dispondo inclusive sob a forma (sic) de fiscalização do cumprimento.

Art. 3º – A Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário”.

II – Análise

Conforme o Parecer Técnico da CJU, em 21.11.86, ainda que louvável a intenção do deputado no sentido de proteger a produção artística nacional, o projeto não é suficientemente claro no que diz respeito a uma proporcionalidade. Todos sabemos das dificuldades por que passa a música brasileira. Sabemos como a matriz importada chega ao Brasil ao custo praticamente zero, e também sabemos da dificuldade em se fazer cumprir o Decreto nº 50.629 de 08/07/61 (a célebre Lei Jânio Quadros), que estabelece uma proporcionalidade de 50% para execução pública.

Assim sendo, nos perguntamos: quais serão os insondáveis desígnios do Dep. Agnaldo Timóteo? Pretenderá ele impor a obrigatoriedade de 100% de música brasi-

leira em desfiles? Ou pretenderá a fiscalização do percentual já existente? Será este percentual do conhecimento do ilustre ex-parlamentar? Teria ele alguma sugestão de um novo percentual a ser adotado?

No caso de 1ª hipótese, nossa opinião pessoal é de que, embora engajados ao máximo na defesa do maior percentual possível p/ execução da música brasileira, este "maior possível" não poderia ultrapassar os 2/3, uma vez que não estamos em regime xiita, sob a égide de nenhum aiatolá nacionalista. Proibir de forma absoluta a execução de obras estrangeiras em qualquer circunstância se nos afigura um autoritarismo desnecessário, com o que certamente concordará o Sr. Timóteo, que tantas versões gravou em sua carreira de intérprete. Não é por aí que vamos atingir a nossa reserva de mercado, assim como o mero banimento de Beethoven, Mozart, Beatles ou Rolling Stones do nosso campo auditivo não fará surgirem novos Villa-Lobos e Jobins.

O ideal seria que não fossem necessárias leis para regulamentar a execução da nossa música, mas que a própria consciência nacional se encarregasse disso. Infelizmente, o poder econômico ainda fala mais alto e se faz necessária a existência da lei. Mas que seja uma lei democrática, não-autoritária, e sobretudo, bem fundamentada, de forma a não ensejar dúvidas ou interpretações errôneas, como já ocorreu com a própria Lei Jânio Quadros, descumprida por mal formulada.

Ressalte-se ainda o parecer perfeito da CJU, com o qual concordamos em gênero, número e grau.

III – Voto

Assim sendo, consideramos que o Projeto de Lei em questão carece de melhor formulação, sendo inexeqüível nos termos em que foi apresentado.

Brasília, 18 de março de 1987.

Joyce Silveira Palhano de Jesus
Conselheira Relatora

VI – Decisão do Colegiado

À unanimidade, o Colegiado acompanhou o voto da Conselheira Relatora.

Brasília, 18 de março de 1987.

Hildebrando Pontes Neto
Vice-Presidente

D.O.U 27.03.87, Seção I, pág. 4462